

A Evolução Intersetorial no Mercado de Trabalho Capixaba e sua Contribuição para a Redução da Informalidade

Instituto Jones dos Santos Neves

NT - 32

Diretor-Presidente

José Edil Benedito

Diretora de Estudos e Pesquisas

Denise Pereira Barros Nascimento

Coordenador de Estudos Econômicos

Magnus William de Castro

Elaboração

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha¹
Coordenação de Estudos Econômicos

Revisão

Adriano do Carmo Santos
Coordenação de Estudos Econômicos

Editoração

Maria de Fátima Pessotti de Oliveira
Arthur Ceruti Quintanilha
Assessoria de Relacionamento Institucional

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar
Assessoria de Relacionamento Institucional

Instituto Jones dos Santos Neves

A evolução intersetorial no mercado de trabalho capixaba e sua contribuição para a redução da informalidade. Vitória, ES, 2012.

19f. il. tab. (Nota técnica, 32)

1.Mercado de Trabalho. 2.Setor Informal. 3.Trabalho. 4.Espírito Santo (Estado). I.Rocha, Antônio Ricardo Freislebem. II.Título. III.Série.

¹O autor agradece às críticas e opiniões de Adriano do Carmo Santos, Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do IJSN. Os erros, omissões e imprecisões são de inteira responsabilidade do autor.

Apresentação

O Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN tem a finalidade de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o Estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas.

A presente nota tem como objetivo analisar a evolução da estrutura ocupacional no mercado de trabalho e a sua relação com o grau de informalidade. A análise ocorreu em três setores: agrícola, indústria e serviços. Confirmou-se grande número de ocupações no setor agrícola do estado, embora com tendência de redução. Em relação à indústria, manteve-se praticamente inalterada a sua participação. O setor de destaque é o de serviços, que representa quase 30% da estrutura ocupacional em 2009, o que deixa transparecer que o estado está alinhado a uma tendência mundial.

Os resultados mostraram que, apesar de confirmada a relação entre a evolução da informalidade e a estrutura ocupacional para os setores analisados no período 2003 a 2009, esta é relativamente fraca. Os motivos são diferentes entre os setores. Para os pequenos municípios, as mudanças na estrutura setorial tiveram maiores impactos sobre a redução da informalidade em relação aos grandes municípios. Não obstante a informalidade ter se reduzido no período considerado, fica claro que ainda há bastante "espaço" para que as políticas públicas se voltem para enfrentar o problema (principalmente no setor agrícola onde a informalidade é superior a 80%).

Sumário

APRESENTAÇÃO	03
1. INTRODUÇÃO	05
2 METODOLOGIA	09
3. ESTRUTURA OCUPACIONAL E INFORMALIDADE	11
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	19

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Grau de informalidade* - 2003 a 2009	05
Gráfico 2 - Evolução comparativa intersetorial - ES 2003 a 2009 - 15 anos ou mais de idade, todos os setores	07
Gráfico 3 - Evolução comparativa intersetorial - 2003 a 2009 - 15 anos ou mais de idade, setores selecionados	08
Gráfico 4 - Espírito Santo - Participação e informalidade entre os setores, 15 anos ou mais de idade - 2003 a 2009	13
Tabela 1 - Evolução comparativa, 15 anos ou mais de idade - 2003 a 2009	11
Tabela 2 - Espírito Santo - Efeito da realocação setorial sobre o grau de informalidade	14
Tabela 3 - Espírito Santo - Geração de postos de trabalho informais - 2003 e 2009	14
Tabela 4 - Espírito Santo - Número de ocupados por setor, 15 anos ou mais de idade - 2003 a 2009	15
Tabela 5 - Espírito Santo - Efeito da realocação setorial sobre o grau de informalidade para grandes e pequenos municípios	16

1. INTRODUÇÃO

Com a implementação do Plano Real, as empresas necessitaram de profundos ajustes para se adequarem à busca de maior produtividade. Esse fato foi decorrente da apreciação cambial utilizada para manter a inflação sob controle. Nesse período a participação da indústria se reduziu ao mesmo tempo em que aumentou a participação do setor de serviços. Uma estratégia que ganhou força foi a “terceirização” que atingiu diretamente os setores da indústria e serviços, ensejando o prosseguimento da realocação setorial do emprego.

Na última década, os mercados de trabalho brasileiro e capixaba continuaram a sentir, ainda que menos intensamente, os impactos diversos das economias nacionais e internacionais. Se por um lado a estabilidade da moeda e os baixos níveis de inflação permitiram melhora nos indicadores do mercado de trabalho, externamente, as crises pelas quais passaram alguns países influenciaram essa estabilidade.

Um aspecto importante observado no período foi o comportamento do setor informal que, embora tenha se mantido relativamente estável, esta ocorreu em patamares elevados (próximo a 50% para as principais regiões metropolitanas do país) e no caso capixaba, acima de 40% no período 2003 a 2009.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do grau de informalidade no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, de 2003 a 2009. Também apresenta a evolução da informalidade no Espírito Santo em função do tamanho do município (para o estado a PNAD não apresenta informações para a região metropolitana e não metropolitana).

Gráfico 1 - Grau de informalidade* - 2003 a 2009



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

* O Grau de informalidade utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira ou não contribuintes à instituto de previdência sobre o total de ocupados

Conforme se observa, o grau de informalidade no estado é bem mais próximo em relação ao país como um todo comparativamente à região sudeste. Esse resultado também é verificado por Reis (2010)². No entanto quando se verifica a informalidade nos pequenos municípios, esta é cerca de 50% superior à verificada nos grandes municípios.

Segundo Ramos (2007), a informalidade é um fenômeno que chama a atenção de especialistas, formuladores de política e da sociedade em geral por vários motivos. Na sua expressão mais direta, o setor informal é encarado como gerador de empregos de baixa qualidade e remuneração, ineficiências e custos econômicos adicionais.

De acordo com Ramos e Ferreira (2005):

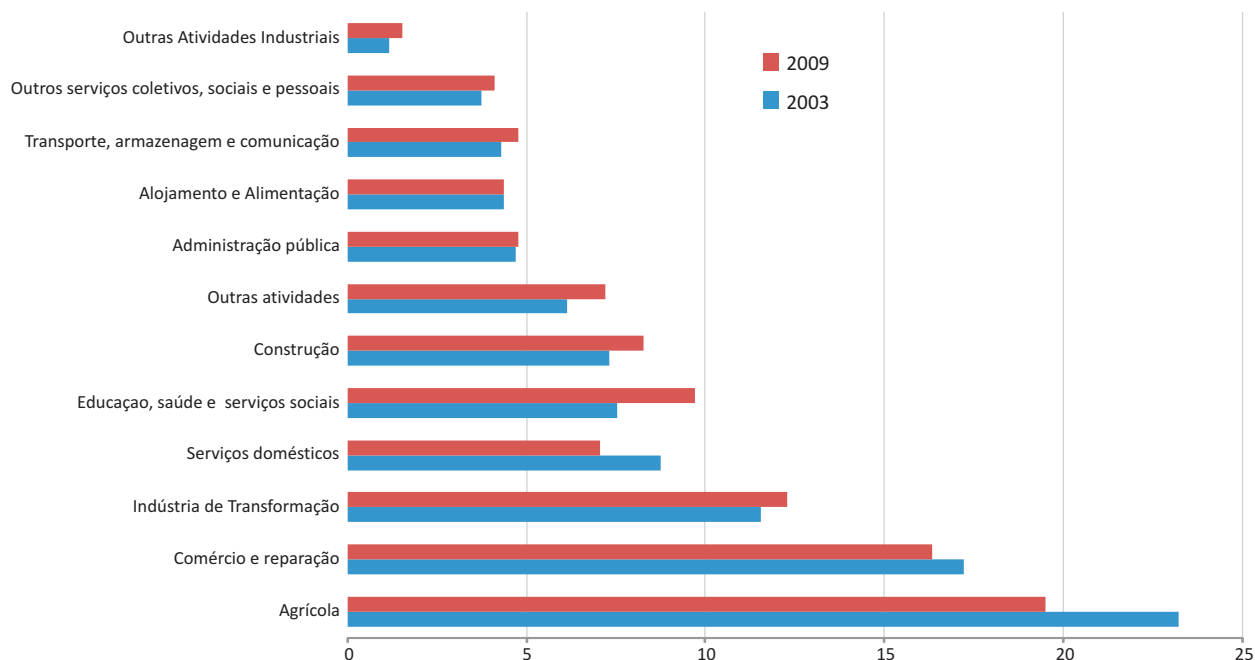
“Vale lembrar, boa parte dela – o assalariamento sem carteira – é, na verdade, ilegalidade, visando ao não-pagamento de encargos. Adicionalmente, o trabalho autônomo por vezes é sinônimo de trabalho precário, resultado de uma estratégia de sobrevivência em circunstâncias em que o mercado de trabalho não consegue gerar empregos de qualidade, no sentido de adequados às dotações e às habilidades da força de trabalho, em quantidade suficiente. Nesses termos, é difícil aceitar a tese da informalidade como solução. Mais apropriado, parece, seria caracterizá-la como reveladora da gravidade do funcionamento deficiente do mercado de trabalho”.

“Outro aspecto subjacente às transformações ocorridas na economia como um todo, e no mercado de trabalho em particular, cuja importância normalmente não é destacada, diz respeito às mudanças espaciais na composição do emprego. A abertura econômica propiciou uma percepção mais fidedigna dos termos de troca por parte dos agentes econômicos, na medida em que foram eliminadas as distorções provocadas pelos subsídios à indústria de transformação característicos da estratégia de desenvolvimento anterior, baseada no modelo de substituição de importações. Com isso, o setor agrícola e o segmento do agronegócio tornaram-se mais atrativos e mais dinâmicos. Além disso, a própria necessidade de modernização do parque produtivo em conjunção com incentivos fiscais diferenciados entre as regiões - a chamada “guerra fiscal” - fizeram com que a estrutura e a distribuição espacial do emprego fossem modificadas”.

Ao avaliarmos a mudança na estrutura ocupacional entre 2003 e 2009, verificamos que no Espírito Santo, o setor que mais perdeu participação foi o agrícola. Entre todos os setores, oito aumentaram sua participação e três reduziram participação. O setor de alojamento e alimentação não teve sua participação alterada (Gráfico 2).

² A definição de informal utilizada por Reis (2010) leva em consideração apenas os trabalhadores sem carteira e os conta-própria com idade entre 21 e 65 anos. Com base no IBGE/Censo 2000, o município capixaba com menor grau de informalidade era Vitória (35,7%) e o maior, Brejetuba (87,5%).

Gráfico 2 - Evolução comparativa intersetorial - ES 2003 a 2009 - 15 anos ou mais de idade, todos os setores

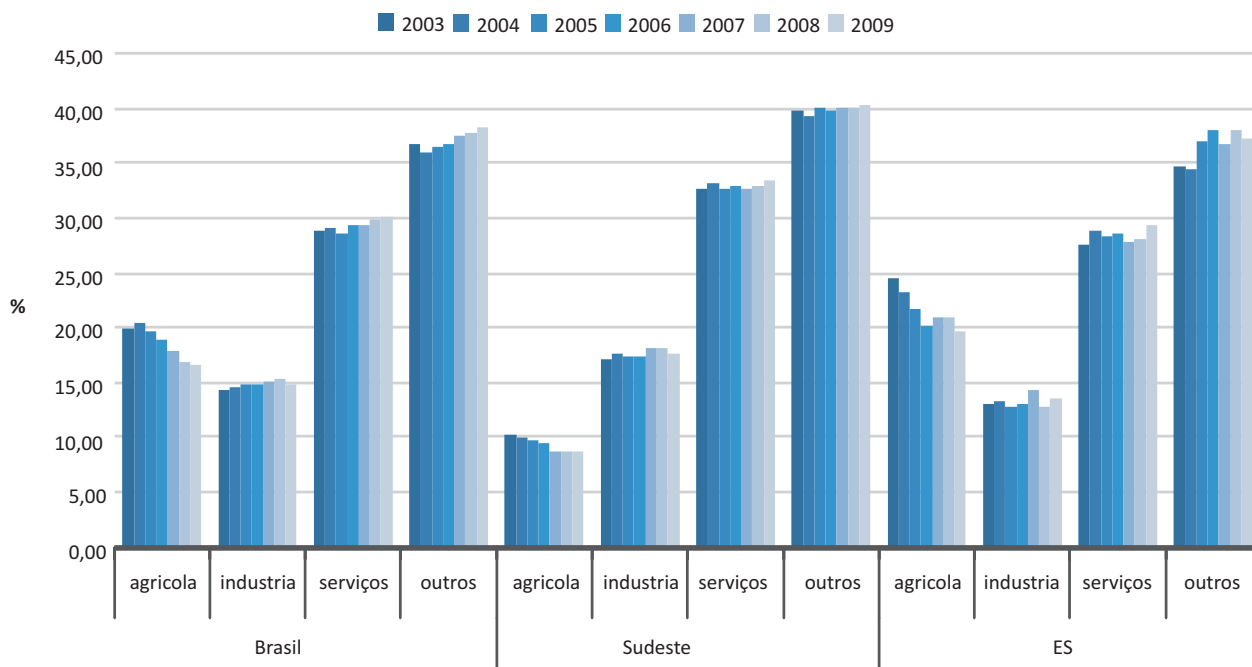


Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

Quando avaliamos a mudança na estrutura ocupacional para alguns setores selecionados, comparativamente a Brasil e Sudeste (Gráfico 3), verificamos que no estado, o percentual de ocupações agrícolas supera Brasil e Sudeste, sendo muito distinta deste último. Apesar de haver uma semelhança entre o percentual de ocupados na indústria do estado em comparação ao Sudeste, a ocupação é muito diferente quando olhamos para valores absolutos.

Gráfico 3 - Evolução comparativa intersetorial - 2003 a 2009 - 15 anos ou mais de idade, setores selecionados



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE
 Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

Também podemos verificar que o comportamento da estrutura ocupacional do mercado de trabalho capixaba apresentou-se de forma semelhante em relação a Brasil e Sudeste, ou seja, apenas para o setor agrícola houve redução da participação na estrutura ocupacional, ocorrendo o inverso para os demais setores. Maior instabilidade é verificada para o estado, o que pode estar associado a uma particularidade da economia capixaba, marcada por altas taxas de investimento e pela conseqüente mudança na estrutura produtiva (ver seção 3).

Esses resultados vão ao encontro de Reis (2010). No entanto o autor alerta sobre a necessidade de uma análise mais detalhada (por município) ao se desenhar as políticas públicas.

Se fizermos uma breve comparação, verificamos que o grau de informalidade é menor para a região Sudeste e esta apresenta a maior taxa de ocupados na indústria entre as regiões analisadas.

Dada a importância do tema e a possível ligação entre o grau da informalidade e as mudanças na composição setorial da ocupação, esta constituirá o objetivo de análise deste estudo.

Esta nota abordará a informalidade do mercado de trabalho capixaba, nos anos de 2003 a 2009. Mais especificamente, busca-se demonstrar a influência da variação da composição setorial do emprego (aqui representada pelos setores: Agrícola, Indústria e Serviços), sobre o comportamento do grau de informalidade.

A escolha pela categoria Agrícola se deve ao fato de sua importância relativa para a economia capixaba, sendo absorvedora de 1/4 das ocupações em 2003 e 1/5 em 2009. Em relação às categorias Indústria e Serviços, a escolha se deve, não apenas pela sua importância na alocação entre os ocupados, mas também pela sua representatividade para a economia capixaba. O setor da Indústria é emblemático, por ser tradicionalmente encarado como segmento líder e indutor do processo de desenvolvimento econômico e o setor de Serviços é o que mais emprega na economia capixaba (cerca de 30% em 2009).

O presente estudo traz, além desta introdução, outras cinco seções: a segunda seção apresenta a os aspectos metodológicos da nota; a terceira seção apresenta dados sobre a estrutura ocupacional e informalidade no estado, a quarta seção trata da análise dos resultados, e por fim são apresentadas as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Os dados utilizados nesta nota têm como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa abrange praticamente todo o território nacional e é divulgada anualmente, com exceção dos anos em que o IBGE divulga o Censo.

Para determinar o grau de informalidade, será utilizada a informação da posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência da pesquisa para os indivíduos com 15 anos ou mais de idade, economicamente ativos e ocupados.

A metodologia utilizada será a proposta por Ramos e Ferreira (2005). Segundo os autores, o grau de informalidade pode ser obtido, em qualquer instante do tempo, a partir da soma dos produtos, dentro de cada setor, do grau de informalidade do respectivo setor pela sua participação na ocupação total:

$$Gi_t = \sum_i GI_{it} \cdot PES_{it}$$

Onde:

Gi_t = grau de informalidade no instante t

GI_{it} = grau de informalidade do setor i no instante t ,

PES_{it} = participação do setor i no emprego total no instante t

Então,

$$GI_{*t} = \sum_i GI_{it-1} \cdot PES_{it}$$

Onde:

GI_{*t} = grau de informalidade que prevaleceria no instante t , caso apenas a estrutura setorial do emprego tivesse mudado, com o grau de informalidade dentro dos setores permanecendo igual ao do instante $t-1$.

Portanto, a contribuição da estrutura setorial da ocupação ($CES_{t,t-1}$) que explica a variação no grau de informalidade entre os instantes t e $t-1$ seria dada por:

$$CES_{t,t-1} = \frac{GI_{*t} - GI_{t-1}}{(GI_t - GI_{t-1})}$$

Esse mesmo exercício será repetido para uma análise em função do tamanho do município: Grandes (auto-representativos) e Pequenos (não auto-representativos).

A definição dos setores (Agrícola, Indústria e Serviços) segue a classificação do CNAE³. A variável da PNAD utilizada foi a V- 4816 conforme as seguintes categorias:

I. Agrícola - 1 (nos anos 2003 e 2009);

II. Indústria - 2 (indústria no ano de 2003 e outras atividades industriais no ano de 2009) e 3 (indústria de transformação nos anos 2003 e 2009);

III. Serviços - 6, 7, 9, 10 e 11 (alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais nos anos 2003 e 2009); e

IV. Outros - 4, 5, 8, 12 e 13 (construção, comércio e reparação, administração pública, outras atividades e atividades mal definidas).

³ As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar se mantém idêntica à CNAE nos níveis mais agregados - seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado - reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. Desta forma, a PNAD adere às padronizações nacional e internacional de classificação de atividades econômicas, uma vez que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIU), 3ª revisão, das Nações Unidas. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional do Brasil e pelos órgãos federais, estaduais e municipais gestores de registros administrativos e demais instituições do Brasil. Com base na resolução do presidente do IBGE nº 054, de 19 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União nº 244, em 26 de dezembro 1994, vem sendo implementada desde 1995 pelo Sistema Estatístico Nacional e órgãos da administração federal. A CNAE foi estruturada tendo como referência a International Standard Industrial Classification of All Economic Activities - ISIC das Nações Unidas e a gestão e manutenção da CNAE é de responsabilidade do IBGE, a partir das deliberações da Comissão Nacional de Classificação- Concla.

3. ESTRUTURA OCUPACIONAL E INFORMALIDADE

Na Tabela 1 abaixo, são apresentados os dados relativos à estrutura ocupacional (P) e o grau de informalidade (GI), para o Brasil, região Sudeste e o Espírito Santo.

Tabela 1 - Evolução comparativa, 15 anos ou mais de idade - 2003 a 2009

		Brasil				Sudeste				Espírito Santo			
		Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros
2003	P	19,94	14,45	28,89	36,70	10,15	17,18	32,74	39,92	24,50	13,00	27,71	34,77
	GI	88,76	38,32	47,10	45,71	78,67	31,67	41,13	39,39	88,74	41,26	47,81	45,16
2004	P	20,35	14,68	29,00	35,95	9,89	17,61	33,10	39,38	23,14	13,43	28,85	34,56
	GI	88,39	36,58	47,70	45,34	75,31	28,94	41,36	38,68	88,67	32,19	43,56	40,12
2005	P	19,79	14,93	28,74	36,52	9,85	17,38	32,66	40,09	21,77	12,82	28,44	36,96
	GI	87,80	37,94	46,93	43,85	76,71	28,67	40,34	37,85	88,35	32,44	45,59	39,09
2006	P	18,81	14,89	29,45	36,82	9,60	17,50	33,06	39,82	20,26	13,01	28,66	38,05
	GI	86,35	37,19	46,34	43,01	76,20	28,04	39,91	36,33	86,36	33,61	43,16	34,70
2007	P	17,81	15,20	29,50	37,46	8,81	18,23	32,81	40,13	21,00	14,31	27,80	36,87
	GI	84,52	35,48	45,45	42,34	73,47	26,65	38,68	35,91	85,32	36,28	45,97	42,92
2008	P	17,00	15,22	29,89	37,87	8,78	18,16	32,96	40,08	20,96	12,85	28,13	38,04
	GI	84,07	34,40	44,51	40,96	70,86	24,63	37,89	34,41	87,37	31,33	39,61	36,55
2009	P	16,56	14,80	30,20	38,42	8,63	17,59	33,50	40,25	19,78	13,53	29,47	37,20
	GI	83,94	33,08	43,10	38,94	73,57	25,48	36,38	32,83	82,63	26,39	35,61	32,97
2003/2009	P	-3,38	0,35	1,32	1,72	-1,52	0,41	0,76	0,34	-4,72	0,52	1,76	2,43
(p.p.)	GI	-4,82	-5,24	-4,00	-6,77	-5,10	-6,19	-4,75	-6,56	-6,11	-14,87	-12,20	-12,19

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

Enquanto os outros setores tiveram aumento de participação na estrutura setorial, o setor agrícola reduziu sua participação. Esse setor é mais representado no estado em relação a Brasil e região sudeste. A indústria e o setor de serviços apresentam a maior participação na região sudeste.

No estado, o único setor que apresentou redução na participação foi o agrícola (- 4,72 p.p.). Este foi o único setor que reduziu participação e grau de informalidade simultaneamente.

A análise da composição setorial no estado permite identificar a importância dos três setores avaliados, que, conjuntamente absorveram cerca de 65% dos postos de trabalho em 2003 e 62% em 2009.

Quando comparado à região Sudeste, os níveis de informalidade encontrados para o Espírito Santo são superiores. Tal fato pode estar associado à maior industrialização da região Sudeste em comparação ao Estado, haja vista o maior número de ocupados no setor industrial para os outros estados da região Sudeste e a grande ocupação observada em atividades agrícolas no Estado (Rocha et al 2010).

Segundo Ramos e Ferreira (2005):

“Parece lícito argumentar que o fato de a inserção informal no mercado de trabalho ter crescido de forma substantiva na década de 1990 - até atingir o quadro de 2002, quando o total de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria era, para todos os efeitos práticos, igual ao de assalariados com carteira - esteja diretamente ligado à realocação setorial da força de trabalho nesse íterim”.

Esse pensamento se justifica pelas características dos postos de trabalho em cada um desses setores, uma vez que se podem observar mudanças na estrutura ocupacional. No entanto, para o período considerado, a informalidade perdeu fôlego em todos os setores.

Apesar do setor de Serviços absorverem grande parte da população ocupada, o setor Agrícola ainda é no estado um dos ramos importantes na absorção da mão-de-obra, muito embora venha reduzindo a sua participação ao longo do tempo. A permanecer a retração nas ocupações para o setor Agrícola (predominantemente informal), a expansão da Indústria (tipicamente formal) e do setor de Serviços e, concomitantemente, a redução da informalidade para ambos, pode-se esperar uma continuidade na tendência de queda do grau de informalidade para o estado, Brasil e região Sudeste.

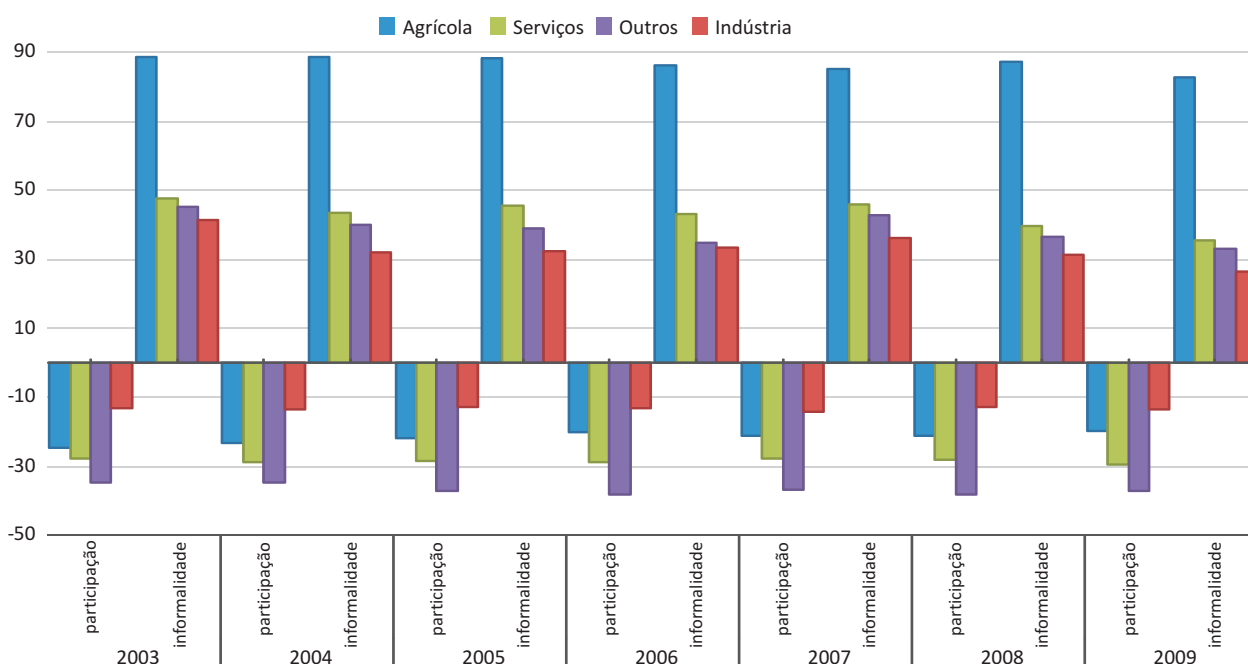
Em 2000, a capital Vitória (cuja atividade econômica é baseada no setor industrial e de prestação de serviços), com 35,71% era o município com menor grau de informalidade no Estado e o município de Brejetuba, cuja base econômica é a agricultura, era o com maior grau de informalidade, com 87,54% (REIS, 2010).

Segundo Ramos (2002) algumas “conjecturas” poderiam explicar o comportamento da informalidade do mercado de trabalho, entre elas uma mudança de caráter fiscalizatório, ou seja, por meio da melhoria da fiscalização e adoção de postura conscientizadora frente às vantagens da formalização.

Embora possam ser diversas as explicações, conforme mencionado anteriormente buscar-se-á verificar a força da associação entre a mudança na estrutura ocupacional e o grau de informalidade alcançado em 2009, tendo como base o ano de 2003.

Abaixo, o gráfico 4 mostra a evolução da participação e do grau de informalidade apenas para o estado.

Gráfico 4 - Espírito Santo - Participação e informalidade entre os setores, 15 anos ou mais de idade - 2003 a 2009



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme a Tabela 2, a contribuição da mudança setorial nos setores analisados para a redução da informalidade no período foi de apenas 15,17%, o que, apesar de relativamente baixo, não se pode desconsiderar. Se considerarmos que várias podem ser as causas da ocupação informal (como por exemplo: burla fiscal, maior flexibilidade de horários, pouca fiscalização, falta de incentivos fiscais, a própria característica da estrutura ocupacional, a qualidade da oferta de mão de obra – baixa escolaridade, entre outros), percebemos que a estrutura ocupacional *per si* explica mais de 15% da mudança no grau de informalidade.

A informalidade dos três setores analisados também era superior a 41% em 2003, e, para o setor agrícola era próxima de 90% tendo decrescido 6,11 p.p. No setor da Indústria a redução foi maior (14,87 p.p.) e para os serviços 12,19 p.p. No total, a informalidade reduziu 13,38 p.p. alcançando o menor nível do período.

Para o estado, os setores da Indústria e Serviços aumentaram a sua participação no mercado de trabalho (0,52 p.p. e 1,77 p.p., respectivamente), ao mesmo tempo em que reduziram seu grau de informalidade (-14,87 p.p. e -12,20 p.p. respectivamente).

Tabela 2 - Espírito Santo - Efeito da realocação setorial sobre o grau de informalidade

Ano	Estrutura ocupacional* (%)				Grau de informalidade do setor (%)				Grau de informalidade total (%)
	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	
2003	24,50	13,01	27,71	34,78	88,74	41,26	47,81	45,16	56,06
2009	19,78	13,53	29,48	37,21	82,63	26,39	35,61	32,97	42,68
2003/2009	-4,72p.p.	0,52p.p.	1,77p.p.	2,43p.p.	-6,11p.p.	-14,87p.p.	-12,20p.p.	-12,19p.p.	-13,38p.p.
Efeito da realocação setorial: 15,17 %									

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

* Categoria de atividade do trabalho principal do período de referência de 365 dias para pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Nota: O Grau de Informalidade total é o somatório dos produtos entre a participação do setor na estrutura ocupacional pelo respectivo grau de informalidade.

O fato é que, embora evidenciada essa associação, no caso do mercado de trabalho capixaba para o período e setores analisados, essa é razoavelmente fraca. Cabe-nos agora um exercício na tentativa de procurar entender o motivo dessa baixa contribuição (Tabela 3).

Tabela 3 - Espírito Santo - Geração de postos de trabalho informais - 2003 e 2009

Ano	Total da ocupação					Total de ocupações informais				Total
	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	Total	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	
2003	379.315	201.391	429.070	538.477	1.548.253	336.604	83.094	205.138	243.176	868.012
2009	345.693	236.419	515.056	650.156	1.747.324	285.646	62.391	183.411	214.356	745.804
2003/2009	-33.622	35.028	85.986	111.679	199.071	-50.958	-20.703	-21.727	-28.820	-122.208
	Participação na redução do total de ocupações informais (%)					41,70	16,94	17,78	23,58	100

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

O motivo dessa contribuição não ser mais elevada se deve ao fato de que:

1. Sendo o setor Agrícola aquele com maior grau de informalidade tanto em 2003 como em 2009, foi o que mais reduziu sua participação na ocupação total (-4,72 p.p., equivalente a 33.622 postos de trabalho), no entanto, foi o setor que menos reduziu o seu grau de informalidade (apenas 6,11 p.p.);

2. A Indústria e o setor de Serviços elevaram sua participação em apenas 0,52 p.p. e 1,77 p.p. respectivamente e, embora tenham criado cerca de 121.000 ocupações no período (quase 2/3 do total), reduziram as ocupações informais em apenas pouco mais de 42.000 (1/3) do total). Dito de outra forma, os dois setores, apesar de terem reduzido bastante a informalidade, não conseguiram externalizar fortemente os reflexos positivos dessa redução, dado o nível de aumento na sua participação na estrutura ocupacional;

3. Conforme dito anteriormente, outros fatores deixaram de ser considerados na presente análise.

Olhando mais atentamente para os valores acima, podemos fazer outra interpretação (consolidando a análise anterior); entre 2003 e 2009 foram geradas 199.071 ocupações no total, simultaneamente a uma redução da ocupação informal da ordem de 122.208, ou seja, aumentou o número de ocupações formais no mercado de trabalho capixaba, tanto pelo próprio crescimento do número de ocupações como pela redução dos vínculos informais.

Fato é que o setor Agrícola, extremamente informal, respondeu sozinho com 41,70% da redução da informalidade em termos quantitativos, superando os setores da Indústria e Serviços em conjunto. Podemos ainda considerar que o setor Agrícola contribuiu para a redução do grau de informalidade principalmente via redução do número de vínculos informais ao passo que os setores indústria e serviços contribuem principalmente via aumento de vínculos formais (tabela 4).

Tabela 4 - Espírito Santo - Número de ocupados por setor, 15 anos ou mais de idade - 2003 a 2009

Ano	Setor								Total	Δ%
	Agrícola	Δ%	Indústria	Δ%	Serviços	Δ%	Outros	Δ%		
2003	379.315	-	201.391	-	429.070	-	538.477	-	1.548.253	-
2004	370.706	-2,26	215.118	6,81	462.100	7,69	553.470	2,78	1.601.394	3,43
2005	350.847	-5,35	206.640	-3,94	458.287	-0,82	595.602	7,61	1.611.376	0,62
2006	341.102	-2,77	219.118	6,03	482.534	5,29	640.625	7,55	1.683.379	4,46
2007	339.216	-0,55	231.218	5,52	449.097	-6,92	595.665	-7,01	1.615.196	-4,05
2007	362.332	6,81	222.178	-3,90	486.307	8,28	657.460	10,37	1.728.277	7,00
2007	345.693	-4,59	236.419	6,40	515.056	5,91	650.156	-1,11	1.747.324	1,10
2003/2009	-33.622	-8,8	35.028	17,39	85.986	20,04	111.679	20,73	199.071	12,85

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

Para um melhor detalhamento com vistas a apurar a compreensão dos efeitos da mudança na estrutura ocupacional, abaixo será feito um recorte em função do tamanho dos municípios (Grandes municípios: até 100 mil habitantes e Pequenos municípios: acima de 100 mil habitantes) (Tabela 5).

No conjunto dos três setores avaliados, tem-se cerca de 57% e 71% dos postos de trabalho ocupados em 2009 respectivamente nos grandes e pequenos municípios. Também fica evidente a importância do setor Agrícola nos pequenos municípios e do setor de Serviços nos grandes municípios.

A informalidade dos três setores analisados também era cerca de 47% em 2003, e, para o setor Agrícola era próxima de 85% tendo decrescido 17,03 p.p nos grandes municípios. No total, a informalidade reduziu mais de 12p.p. independente do tamanho do município, alcançando o menor nível do período (34,11%) nos grandes.

Tabela 5 - Espírito Santo - Efeito da realocação setorial sobre o grau de informalidade para grandes e pequenos municípios

Ano	Grandes municípios								Grau de informalidade total (%)
	Estrutura ocupacional (%)				Grau de informalidade do setor (%)				
	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	
2003	9,29	16,57	31,91	42,22	84,34	41,55	45,96	41,78	47,03
2009	7,37	16,3	33,02	43,32	67,31	25,22	34,76	31,3	34,11
2003/2009	-1,92p.p.	-0,27p.p.	1,11p.p.	1,10p.p.	-17,03p.p.	-16,33p.p.	-11,2p.p.	-10,48p.p.	-12,92p.p.
Efeito da realocação setorial: 5,96 %									
Ano	Pequenos municípios								Grau de informalidade total (%)
	Estrutura ocupacional (%)				Grau de informalidade do setor (%)				
	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	Agrícola	Indústria	Serviços	Outros	
2003	42,46	8,8	22,75	25,99	89,88	40,6	50,87	51,65	66,73
2009	36,13	9,89	24,81	29,17	86,75	28,93	37,09	36,25	53,98
2003/2009	-6,33p.p.	1,09p.p.	2,06p.p.	3,18p.p.	-3,13p.p.	-11,67p.p.	-13,78p.p.	-15,4p.p.	-12,75p.p.
Efeito da realocação setorial: 20 %									

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN

Resta evidenciado que os reflexos da mudança na estrutura ocupacional foram mais intensos nos pequenos municípios. O setor agrícola (com maior participação) reduziu a informalidade em 3,13p.p. enquanto sua participação foi a que mais sofreu redução (6,33p.p.). Praticamente a estrutura ocupacional dos grandes municípios não sofreu maiores alterações. Daí o efeito realocação ter contribuído com apenas 5,96% sobre a redução da informalidade no período.

Portanto, como a redução da informalidade entre 2003 e 2009 foi praticamente a mesma (12,92p.p. nos grandes e 12,75p.p. nos pequenos municípios) o maior efeito da realocação setorial sobre a informalidade é mais sentido nos pequenos municípios (20%) devido às maiores alterações na estrutura ocupacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho observa-se que, apesar das mudanças estruturais ocorridas no mercado de trabalho capixaba, esta ocorreu de forma mais significativa para o setor Agrícola (principalmente nos pequenos municípios), apresentando pouca variação nos demais setores.

Destaca-se uma importante participação dos três setores analisados (absorvendo cerca de 62% das ocupações em 2009), confirmando uma associação existente entre as mudanças estruturais e o grau de informalidade do mercado de trabalho. No entanto, para o caso capixaba, também confirmamos que essa relação não é tão forte com poderíamos supor inicialmente. Os motivos para tal diferem entre os setores. No caso do setor Agrícola (extremamente informal), que diminuiu a sua participação na estrutura ocupacional em 4,72 p.p., reduziu pouco a informalidade no período considerado (6,11 p.p.). Não obstante a significativa redução no grau de informalidade dos setores Indústria e Serviços, a participação destes na estrutura ocupacional aumentou apenas 0,52 p.p. e 1,77 p.p. respectivamente.

A análise sugere que a diminuição da informalidade, embora esteja correlacionada de forma fraca com as mudanças estruturais (15,17%), é também influenciada por esta. No entanto, parece se confirmar a existência de outras causas, mais significativas. Apesar disso, parece ficar claro que, para o mercado de trabalho capixaba, a tendência de redução do grau de informalidade é nítida.

Importante destacar que a estrutura setorial e o grau de informalidade não apresentam comportamento homogêneo entre os municípios capixabas, sendo, ao contrário, bastante distintos, principalmente quando se analisa em função do tamanho do município.

Para os grandes municípios as mudanças na estrutura ocupacional responderam para reduzir a informalidade em apenas 5,96% enquanto nos pequenos essa mudança respondeu por 20% da redução da informalidade.

O fato de o grau de informalidade estar diminuindo no mercado de trabalho nacional e capixaba pode, é verdade, proporcionar uma sensação de alívio, mas não necessariamente se traduz apenas em boas notícias. Há que se considerar que o patamar é bastante elevado (pouco menos da metade da população ocupada está inserida no setor informal). É importante ter claramente a percepção da gravidade da situação, até porque algumas vezes a informalidade é vista como “uma solução, e não um problema”.

Nesse sentido, o presente trabalho traz elementos que ajudam a refletir sobre a evolução da estrutura ocupacional e a sua relação com a informalidade, mostrando que ainda há muito a ser feito, principalmente no setor Agrícola (onde o número de ocupações informais se encontra acima de 80%) e servindo de orientação para melhor direcionar os esforços do poder público no sentido de reduzir ainda mais a informalidade no mercado de trabalho capixaba.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009** (Nota Técnica). Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003 e 2009**. Rio de Janeiro, 2010.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Texto para discussão n. 1255. IPEA, Rio de Janeiro, 2007.

_____; **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. IPEA, Rio de Janeiro, 2002 (Texto para discussão n. 914)

_____; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. IPEA, Rio de Janeiro, 2004 (Texto para discussão nº 1.011).

_____; FERREIRA, V. **Padrões setorial e espacial da evolução da informalidade no Brasil: 1991-2003**. IPEA, Rio de Janeiro, 2005b (Texto para discussão n. 1.099).

REIS, M. C. **O mercado de trabalho no Espírito Santo: uma análise para o período 1992-2008**. Em: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. IJSN, Vitória, 2010.

ROCHA, Antonio Ricardo F.; CASTRO, Magnus William; COSTA, Jaqueline S.; TRINDADE, Lorena Zardo; FERRARI, Tatiana K. **Educação e Mercado de Trabalho: Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo/PNAD 2009**. Nota Técnica n. 13. IJSN, Vitória, 2010.